

Serviço social: teoria, prática e impacto social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2024

Serviço social: teoria, prática e impacto social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Serviço social: teoria, prática e impacto social 2

Diagramação: Ellen Addressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S491	<p>Serviço social: teoria, prática e impacto social 2 / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2533-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.335242105</p> <p>1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.3</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O livro **“Serviço social: teoria, prática e impacto social 2”** trata-se da continuidade de discussões relacionadas ao primeiro livro da coletânea. Esta obra foi dividida em 5 capítulos, que narram as experiências profissionais de assistentes sociais inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, bem como apresentam as respectivas análises conjunturais, incluindo análise de algumas das políticas públicas brasileiras.

O primeiro capítulo da coletânea trata-se do artigo **“Humanidade em Trânsito: um relato de experiência do atendimento psicossocial aos venezuelanos refugiados em Natal-RN”**. Este artigo analisa a experiência psicossocial com a abordagem de venezuelanos refugiados na capital potiguar do Rio Grande do Norte. Os autores iniciam conceituando as terminologias: refugiado e migração forçada; identificando a realidade da cidade de Natal, que atualmente compõe mais de 65 mil venezuelanos refugiados. Trata-se de uma pesquisa realizada com o acompanhamento de 21 pessoas, que evidenciou a relevância do cuidado em saúde mental, sobretudo por sua contribuição na autonomia dos sujeitos e nos recursos potencializadores para a não cronificação da vulnerabilidade. De modo que, ratifico a relevância deste material, principalmente por limitadas produções científicas acerca do fluxo migratório (que tem sido cada vez mais objeto de atuação profissional do Serviço Social brasileiro).

O segundo artigo **“TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E INFÂNCIA: as dimensões sócio-históricas do trabalho infantil e seus desdobramentos”** aborda a experiência profissional junto ao trabalho infantil, consubstanciando a realidade histórico e social brasileira. Inicialmente, a autora discorre sobre a expansão capitalista e os respectivos efeitos nas condições de vida da classe trabalhadora. A reflexão inicial é transversal a realidade do trabalho infantil, que é identificada pelo autor como violação dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O texto contribui no debate contemporâneo, sobretudo porque caracteriza as dimensões históricas como inerentes a atualidade, evidenciando o aumento e agudização das vulnerabilidades e ratificando a violação de direitos e a fragilização da proteção integral prevista pelo ECA.

O terceiro capítulo **“O DESAFIO DA INSTRUMENTALIDADE NAS DEMANDAS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO”** trata-se de um artigo original, de contribuição acerca da instrumentalidade do Serviço Social no campo sociojurídico, leia-se que a instrumentalidade é uma importante categoria para atuação do assistente social e o campo analisado é um dos maiores empregadores da categoria, evidenciando sua relevância teórica. A autora é vinculada a Universidade Federal de Pernambuco e consubstanciou

sua pesquisa nos acervos disponibilizados pelo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em sua análise expôs a importância da instrumentalidade, inclusive discutindo o cenário do sistema capitalista, refração da questão social e a precarização do mundo do trabalho. Este estudo expõe ainda os desafios e as possibilidades de intervenção do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, refletindo sobre a atualidade.

O quarto capítulo **“O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR”** apresenta reflexões acerca da atuação do assistente social na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/BR. A autora inicia contextualizando geograficamente a cidade do Rio de Janeiro, mencionando a política de segurança e sinalizando que esta é uma das cidades que recebe grandes eventos mundiais, em contrapartida sinaliza a desigualdade social e crescimento da pobreza. A proposta da autora é discorrer as possibilidades da atuação do assistente social na política de habitação, por isso faz menção a estratégias que podem ser desenvolvidas correlatas a Política Nacional de Habitação. O capítulo discorreu ainda sobre a precarização nas formas de contratação de assistentes sociais e demais vulnerabilidades que estamos sujeitos, sinalizando os desafios profissionais que estamos expostos e contextualizando a realidade histórica da profissão, momento em que ratifica a necessidade de ultrapassarmos o conservadorismo histórico associado ao Serviço Social.

O quinto artigo e não menos importante: **“O ORÇAMENTO E O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL: impactos na sociedade brasileira”** aborda o contexto histórico do neoliberalismo, suas facetas e reflexos no desenvolvimento da Política de Assistência Social. A autora sinaliza o *status* de política pública da Assistência Social somente em 1988, refletindo sobre o desmonte das políticas públicas em decorrência do avanço neoliberal e enxugamento dos gastos públicos. O artigo aprofunda ainda no histórico desenrolar da política pública, do financiamento; e na exposição das reflexões acerca do seu orçamento, quando buscou evidenciar a necessidade de melhorias na garantia do repasse dos recursos públicos para esta política.

Caro leitor, especialmente assistentes sociais, recomendo a leitura que certamente contribuirá para a formação e prática do Serviço Social brasileiro. Apenas na breve síntese de cada um dos capítulos foi possível perceber que a leitura da coletânea está imperdível! Afinal, este exemplar possui um material contemporâneo e atualizado.

CAPÍTULO 1	1
HUMANIDADE EM TRÂNSITO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS VENEZUELANOS REFUGIADOS EM NATAL-RN	
Iara Maria de Paiva Rocha Anna Beatriz Valentim de Souza Daynara Gomes de Oliveira Marília Gabriela Nunes de Oliveira Rakellyne Odnumiar Vieira Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3352421051	
CAPÍTULO 2	5
TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E INFÂNCIA: AS DIMENSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO TRABALHO INFANTIL E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Poliana Rafaela Saturno Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3352421052	
CAPÍTULO 3	12
O DESAFIO DA INSTRUMENTALIDADE NAS DEMANDAS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO	
Juliana de Araújo Moscoso Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3352421053	
CAPÍTULO 4	17
O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR	
Edenilza Silva Cesário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3352421054	
CAPÍTULO 5	27
O ORÇAMENTO E O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL: IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	
Bárbara Lessa Amaral	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3352421055	
SOBRE A ORGANIZADORA	38
ÍNDICE REMISSIVO	39

HUMANIDADE EM TRÂNSITO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS VENEZUELANOS REFUGIADOS EM NATAL-RN

Data de submissão: 08/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Iara Maria de Paiva Rocha

Universidade Potiguar (UnP)
Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/5450636056950226>

Anna Beatriz Valentim de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN)
Natal/RN

<https://lattes.cnpq.br/4864312751943429>

Daynara Gomes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN)
Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/3118425692606429>

Marília Gabriela Nunes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/6647609596459093>

Rakellyne Odniumiar Vieira Alves

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN)
Natal/RN

<http://lattes.cnpq.br/8208126080714845>

RESUMO: Refugiado é todo aquele que sai de sua terra e se desloca para outra por não poder ou não desejar voltar em razão de uma possível perseguição religiosa, étnica, racial, parecer político, nacionalidade e/ou grupo social. Este trabalho é o resultado de um estudo qualitativo, fruto de uma pesquisa realizada para fins de conclusão de curso em Psicologia e visa elucidar a atuação profissional dessa categoria somando a do Serviço Social na Proteção Básica da Assistência Social frente à demanda dos refugiados venezuelanos que estabeleceram domicílio na cidade de Natal/RN no período da pandemia do COVID-19 devido a crise político-econômica de seu país de origem.

PALAVRAS-CHAVE: Refúgio; atuação psicossocial.

HUMANITY ON THE JOURNEY:
AN EXPERIENCE REPORT OF
PSYCHOSOCIAL CARE FOR
VENEZUELAN REFUGEES IN NATAL-
RN

ABSTRACT: A refugee can be defined as anyone who moves out of its homeland and goes to another city or country due to possible religious, ethnic, racial persecution

or even by political opinion, nationality and/or social group. Then, this work present the result of a qualitative study that aimed the obatinement of undergraduate degree in Psychology and to elucidate the professional performance of this category, along to the Social Service, in the Basic Protection of Social Assistance concening the demand of Venezuelan refugees who have established domiciled in the city of Natal/RN during the period of the COVID-19 pandemic, in light of the political-economic crisis in their origin country.

KEYWORDS: Refugee; psychosocial performance.

INTRODUÇÃO

A migração forçada de milhares de pessoas é considerada a maior crise humanitária do século. No Brasil, segundo dados do CONARE, em 2022, pontua que existem cerca de 65 mil refugiados, todavia, apesar da alta demanda, a discussão da temática ainda é incipiente no estado do Rio Grande do Norte. Os objetivos deste trabalho são de elencar as possibilidades da atuação com esse público, compreendendo o refúgio como uma das expressões concretas da questão social que transversaliza cotidianamente a práxis profissional das citadas categorias, além disso, demonstrar o impacto na construção da autonomia, segurança e reconstrução da vida em território brasileiro considerando o Trabalho Social com Famílias.

DESENVOLVIMENTO

Diante do recorte das famílias venezuelanas que obtiveram o refúgio na capital potiguar, o fazer psicossocial, teve como uma de suas fundamentações a concepção de sujeito defendida por Vygotsky, no qual defende o homem como “Um ser ativo, social e histórico” (AGUIAR, 2000, p. 128) sendo capaz de modificar sua história a partir da mediação entre o externo e interno. A análise da práxis se deu a partir do entendimento da realidade concreta, compreendendo os atravessamentos ideológicos, sociais e históricos internalizados e reproduzidos por estes sujeitos.

Nessa linha, ao falar dessas pessoas, não é possível dissociar da análise da expropriação contemporânea que força cotidianamente milhares de sujeitos a se deslocarem de sua terra natal em busca de condições dignas de vida. Tal fato é evidenciado por Boschetti (2017), ao explanar que tal contexto é atravessado por inúmeras expressões da violência, as quais se concretizam através da xenofobia, a própria “intolerância e o nacionalismo fecham fronteiras, desumanizam, alimentam o ódio e a perda de sentido do humano genérico”. (idem, p. 57).

É diante desse cenário, que a análise e trabalho crítico da Psicologia e do Serviço Social são extremamente relevantes diante dessa demanda expressiva da questão social. Assim, ressaltamos a importância do Trabalho Social com Famílias (TSF) (BRASIL, 2016) e o fazer na Proteção Social Básica, no que diz respeito à garantia de direitos haja vista que compreendemos a pessoa em situação de refúgio como detentora de direitos fundamentais que devem ser respeitados e devidamente viabilizados.

MÉTODO

A amostra foi composta por quatro famílias, no total de 21 (vinte e uma) pessoas, residentes em uma mesma casa em Natal/RN. O tempo da pesquisa-ação, durou aproximadamente seis meses no segundo semestre de 2020, tendo em vista a coleta de dados para a temática de refugiados no Rio Grande do Norte/RN.

Para maior aproximação da realidade concreta, foram realizadas visitas domiciliares, no total de 5 (cinco), compreendidas como um facilitador do conhecimento sobre a realidade *in loco*. Somando a outros instrumentais, como: abordagem social; atendimentos e orientações psicossociais, fortalecimento de vínculos; encaminhamentos para outras áreas de políticas distintas; concessões de benefícios eventuais, estes inclusos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família - PAIF tendo em visto o equipamento de referência ser o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). É válido pontuar que foram realizados encontros com o Governo Estadual através da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) em parceria com a Cáritas¹ para concessão de aluguel social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todo o cenário outrora exposto, parte do ponto fulcral da discussão da Questão Social, já tão amplamente discutida por Iamamoto (2014), como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura. Assim, se parte da análise crítica da realidade, em que se compreende os impactos da crise estrutural e por consequência as ofensivas neoconservadoras que implicam na retração de direitos sociais. Logo, a partir da análise dos resultados dessa pesquisa é notório a importância do fazer interprofissional como agente modificador da vivência destes indivíduos.

Vale ressaltar ainda, que essas pessoas haviam buscado refúgio em outros estados brasileiros nas regiões norte-nordeste. Todavia, uma vez em solo potiguar, a equipe técnica responsável norteou sua atuação de modo a resgatar a permanência de identidade da localidade originária de tal grupo, levando em conta os aspectos biopsicossociais que transversalizam a demanda, depreendendo a dificuldade do estabelecimento em uma nova cultura e garantindo direitos previstos na Constituição Federal de 1988 e reafirmados na Lei 9.474/97 que trata sobre a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil. Portanto, os seguintes resultados foram alcançados: acesso à saúde, lazer, moradia digna, preservação étnica e alimentação.

¹ Cáritas é um organismo da CNBB que tem por objetivo atuar na economia popular solidária, convivência com biomas, programa de infância, adolescência e juventude (PIAJ), meio ambiente, gestão de riscos e emergências, migração e refúgio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do cenário exposto, reiteramos que em tempos de barbárie é importantíssimo voltarmos às bases do Serviço Social para uma atuação crítica, alinhada ao Projeto Ético-Político e aos princípios fundamentais do Código de Ética profissional (1993), na perspectiva de compreender a responsabilidade ética nas diversas dimensões da vida, compreendendo o sujeito como detentor de direitos que em graus diferentes, com diversas medidas e possibilidades de engajamento, são os protagonistas de escolhas e posicionamento de valor (SOBRINHO, 2015, p.7). Somado a essa compreensão, evidenciamos o fazer psicológico no cuidado de saúde mental da pessoa em situação de refúgio se dá a partir da compreensão dos atravessamos históricos, culturais e singulares de cada família e indivíduo buscando contribuir na produção de autonomia, cidadania, identificando os recursos potencializadores, promovendo o fortalecimento dos vínculos e a não cronificação da vulnerabilidade (CREPOP,2007).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda M. Jungueira. **Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, São Paulo, 2000.ACNUK.

Dados sobre refúgio: perguntas e respostas. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017. Disponível em<<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/LPjQGGPrjNGJ6ZnCsKmn3wx/?format=pdf&lang=pt>>(acesso em: 09 Julho de 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília, 2007.

CFESS.Serviço Social e o trabalho com refugiados/as. Limites e possibilidade de intervenção profissional, 2019. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-CfessManifesta-Refugiados.pdf> > (acesso em: 09 de Julho de 2023)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Vilella Iamamoto, Raúl de Carvalho. - 41. ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

JUNGER DA SILVA, Gustavo, et al. **Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações**. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LIMA SOBRINHO, Jodeyson Islony de. **ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: implicações teórico- políticas e sócio-históricas presentes na formação profissional**. In: Anais do III Encontro Latinoamericano de profissionais, docentes y estudiantes de trabajo social; IV Congreso. Disponível em:< <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23415>> . Acesso: 07 Jul. 2023.

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E INFÂNCIA: AS DIMENSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO TRABALHO INFANTIL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Data de aceite: 02/05/2024

Poliana Rafaela Saturno Alves

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO: O presente estudo objetiva analisar a questão social, sob a ótica da precarização das relações de trabalho no sistema do capital. Diante dessa dinâmica, faz-se um direcionamento particular para a infância pobre, permeada por violações diversas, e dentre estas, traz-se o enfoque para o trabalho infantil. A inserção precoce de crianças, assim como adolescentes, no mundo trabalho é uma realidade comum para as parcelas mais empobrecidas da população, trata-se de uma forma de sobrevivência nesse sistema, além de atender proporcionalmente, os interesses do capital, no tangente a absolvição voraz de mão-de-obra. O aprofundamento histórico sobre este tema, desvela a retomada desta prática em diferentes momentos, de fato, apesar dos avanços incontestáveis alcançados com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a concretude cotidiana revela que este marco

legal ainda não conseguiu superar os limites institucionais e garantir a proteção integral, onde está alicerçado. A expansão do capital enfraquece os apoios da classe trabalhadora, ao passo que limita o alcance das políticas sociais e de proteção, objetivando a exploração de parcelas cada vez maiores de trabalhadores e suas famílias, que conforma um cenário de potenciais violações, com o acirramento da questão social e uma condição de vida cada vez mais preocupante para esses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil. Questão social. Infância. ECA. Capitalismo. Violações.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the social issues, from the perspective of precariousness of labor relations in the capital system. Given this dynamic, a particular targeting of poor children, permeated by various violations, and among these, the focus is on child labor. The early insertion of children, as well as teenagers, in the world work is a Common reality for the most impoverished portions of the population, it is a form of survival in this system, in addition to serving, proportionally, the interest of capital, in terms of the voracious absorption of labor. The historical

depth on this Topic, reveals the resumption of this practice in different moments, in fact, despite the undeniable advances achieved with the Child Statute and of the Adolescent – ECA, the daily concreteness reveals that this legal framework has not yet achieved overcome institutional limits and guarantee full protection where it is based. The expansion of capital weakens the support of the working class, while limiting the reach of social and protection policies aiming to exploit increasingly larger portions of workers and their families which constitutes a scenario of potential violations, with the intensification of the social issues and an increasingly worrying living condition for these subjects.

KEYWORDS: Child labor. Social issues. Infancy. ECA. Capitalism. Violations.

INTRODUÇÃO

Os efeitos destrutivos da expansão capitalista, mostram-se cada vez mais corrosivos frente as condições de vida da classe trabalhadora, encadendo um processo extensivamente devastador, onde as políticas sociais se tornam incapazes de assegurar os direitos do proletariado (CFESS, 2014). Nesse contexto violador, insere-se o trabalho infantil, tendo como base a fragilização dos direitos de crianças e adolescentes e o alcance limitado do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Desvela-se um contexto de múltiplas violações, fundadas na desigualdade, na pobreza, na precarização do trabalho, fatores amplamente abarcados pelo aprofundamento da “questão social”. As dinâmicas contemporâneas expõem o esfacelamento da proteção social em uma conjuntura geral e que atinge massivamente a infância e suas relações, constituindo um conjunto de violações derivadas de uma formação cada vez mais perversa para a classe trabalhadora. Defronte essa caracterização, busca-se a alocação do trabalho infantil em suas condições históricas e categorias contemporâneas, a fim de se analisar o cerne dessa violação e como ela se desdobra na realidade.

APROXIMAÇÕES PARA A DISCUSSÃO: dimensões históricas e contemporâneas do trabalho infantil

A agudização da questão social como um dos fenômenos mais eloquentes do capitalismo, vem revelar as misérias profundas desse sistema fundado no acúmulo e propriedade nas mãos de poucos, à medida que, muitos permanecem marginalizados e privados das condições mínimas de existência. O robustecimento do capital é diretamente proporcional a exclusão de grande parte da população do acesso aos bens produzidos.

Em face desse aprofundamento, Yasbek (2001) elucida que, trata-se de uma questão da sociedade dividida em classes, alicerçada na apropriação da riqueza socialmente produzida. Nesse viés, concebe-se uma questão que se reformula e se redefine, porém permanece substantivamente a mesma, por se tratar de uma questão estrutural, que não pode ser solucionada em uma sociedade de natureza excludente.

Essa dinâmica impulsiona o aumento da pobreza e da miséria humana, constituindo impactos devastadores sobre o trabalho e configurando as modificações dos vínculos, com o enfraquecimento da proteção social dos trabalhadores e dos segmentos mais marginalizados da sociedade, que observam seus direitos e apoios sendo ameaçados constantemente (YASBEK, 2001). A precarização do trabalho produz efeitos substantivamente negativos na vida do proletariado, que se espalham pelas diversas dimensões da vivência desses sujeitos, visto que, as condições de existência no sistema do capital, pressupõem o acesso a um vínculo de trabalho e os que não são absorvidos por esse mercado, tornam-se a população sobranter.

A expansão do capital cria a população sobranter, aquela que não se tornou empregável e, por essa razão, transita à margem das formas regulares de trabalho e dos vínculos precários. São contingentes populacionais cada vez mais robustos, que não encontram um lugar reconhecido da sociedade (TELLES 1998 apud YASBEK, 2001). Tal grupo engrossa a massa desempregada, que fora do mercado formal, sobrevive também sem garantias de proteção social num contexto de subalternização do trabalho a ordem do mercado e desmontes dos direitos sociais e trabalhistas (YASBEK, 2001).

Os condicionantes elencados revelam os aspectos da existência de grande parte da população brasileira apartada de seus direitos e condenada a sobreviver em um sistema cada vez mais excludente. Os impactos destrutivos do capitalismo contemporâneo se expressam na violência da pobreza aprofundada pelo desemprego, pela precarização dos postos de trabalho, pelo trabalho intermitente e pelo crescimento da informalidade, somados a moradia precária, a insegurança alimentar, o acesso limitado a saúde, que “anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YASBEK, 2001, p. 35).

A abertura ao neoliberalismo desencadeada no Brasil à partir dos anos 1990, agregou dinâmicas cada vez mais ofensivas ao capital, através da política de ajustes estruturais, agravando a situação de vida dos indivíduos, já atravessada pela espoliação social e sendo duramente atingidas pelas transformações desse período, expressadas, principalmente pelos cortes sociais determinados por esse novo projeto, caracterizado pelas políticas privatizantes, liberalizantes e de mercado, com a adoção do Estado Mínimo (FÁVERO, 2001).

Tais dimensões neoliberais se perpetuaram pelo transcorrer do tempo, apoiadas nas medidas tomadas pelos governos que se sucederam no comando do Estado brasileiro, pautadas, essencialmente na abertura do país ao capital estrangeiro, desestatização, ajuste fiscal e no desmonte das conquistas alcançadas pela Constituição Federal de 1988. O entendimento dos desdobramentos elencados torna-se necessário na reflexão dos tensionamentos apresentados na atualidade, onde uma parcela significativa da população sobrevive em condições mínimas de existência, à margem dos direitos sociais.

É diante do contexto apontado, que partimos de uma escala macro para um recorte mais particular, colocando a realidade da infância e juventude pobre no Brasil. Quanto a essa questão, Fávero (2000 apud IAMAMOTO, 2010, p. 264) explica que:

[...] a vida cotidiana das crianças e adolescentes das classes subalternas – vitimados por uma ideologia de naturalização da pobreza e da violência social de um modelo concentrador de renda, propriedade e poder – não tem adquirido a devida visibilidade no espaço público.

Tal segmento social, tem sua vivência cotidiana atravessada pelas inúmeras expressões da questão social, fortalecida pelo esvaziamento das políticas sociais voltadas para sua proteção, combinado a um comprimento “parcial” das disposições propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que apesar de suas concepções inovadoras colocando a proteção das infância e juventude como prioridade, infelizmente, ainda não consegue resguardar a totalidade dos direitos de todas as crianças e adolescentes.

É sempre válido salientar que, ao propor a proteção integral o ECA estabelece um conjunto de garantias que devem ser asseguradas, passando pela saúde, educação, alimentação, lazer, esporte, convivência familiar e comunitária. Entretanto, ao dispormos da condição de pobreza, analisada anteriormente, a que estão expostas inúmeras crianças e adolescentes, é evidente que o acesso digno a essas garantias não é de fato firmado, abrindo espaço para diversas violações, entre elas o trabalho infantil. Desse modo, torna-se interessante refletirmos como essa violação envolve diversas dimensões da vida desses sujeitos. Trata-se de um contexto que circunda muitos sujeitos e suas famílias, assim entendemos que essa conjuntura situacional os leva a buscar outras formas de sobrevivência, dentro do sistema do capital.

Dessa forma, nos deparamos com o surgimento das formas flexibilizadas de trabalho e como uma ramificação dessa dinâmica, temos o trabalho infantil. Como já abordado, a falta de amplitude do ECA abre espaço para crescimento das violações, ligadas, sobretudo ao acesso limitado as políticas sociais e de proteção, é nesse contexto que observamos a eclosão de diversas formas de trabalho infantil.

Analisando os aspectos sócio-históricos dessa violação, neste breve resumo daremos ênfase ao princípio da República e a expansão industrial no Brasil. Essa prática já difundida no mundo fabril europeu e foi ganhando cada vez mais adesão durante a industrialização brasileira, em um período de aumento dos chamados “menores em situação irregular”¹, os padrões aproveitavam-se dessa alcinha para justificar o uso do trabalho infantil como forma de retirar as crianças e adolescentes da ociosidade, ocupando-os com uma “atividade útil” (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

A inserção precoce no trabalho era conveniente para época, objetivando adaptar desde cedo as crianças ao ofício. Enquanto a acumulação capitalista engolia avidamente

¹ “[...] uma conceituação jurídica que se referia especialmente às crianças e adolescentes das famílias operárias que, por degradação familiar, não estivessem se adequando à sua formação como futuros trabalhadores” (SIMÕES, 2007, p.102).

toda força de trabalho, era de interesse dos patrões acostumar as crianças no trabalho árduo durante longas horas, como maneira eficiente de ocupá-las e conformá-las “na luta exclusiva por sua subsistência” (RIZZINI, 2011, p 103). Tal prática, tornou-se recorrente no século XIX como forma de manter a “ordem pública”, junto a ela, também ganhou espaço a ideia de promover a educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas, “preparando-os(as) para ocupar o seu lugar na sociedade” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 20).

A omissão e complacência do Estado, tornou-se um aliado primordial para o uso indiscriminado do trabalho infantil. Em 1891, a lei que se referia ao trabalho dos *menores*, não chegou a ser regulamentada de fato, ela também não proibia a utilização do trabalho infantil, apenas limitava as horas trabalhadas e a idade permitida. Com o enfraquecimento desses posicionamentos, o Estado começa a intervir timidamente na questão da infância. Em 1903, é criada a Escola Correccional 15 de Novembro, sinalizando em sua postura e discurso o objetivo principal de educar através do encaminhamento e integração da criança ao trabalho. (FALEIROS, 2011, p. 43).

No limiar da década de 1920, as greves e movimentos operários traziam à tona a insatisfação com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho. Nesse interim, a mão-de-obra infantil era utilizada vastamente nas indústrias e o salário, mesmo que ínfimo das crianças e adolescentes, era uma pequena contribuição nos rendimentos das famílias operárias. Aproximando-se do fim dessa década (1920), é aprovada uma das primeiras legislações voltadas a infância e juventude, o Código de Menores de 1927², incorporando amplamente as visões higienistas, jurídicas, repressivas e moralistas (FALEIROS, 2011).

Uma nova regulamentação surge com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, o documento institui a proteção ao trabalho infantil, proibindo-o até os 14 anos (salvo nas instituições beneficentes e de ensino) e faz restrições entre 14 e 18 anos. É importante ressaltar que a Constituição de 1937, consagra a relação trabalho e educação, ao chamar os *menores* para fazerem parte de um sistema nacional, fundamentado na articulação entre o privado e o público, objetivando a inserção no mundo do trabalho (FALEIROS, 2011).

Como bem exposto pelo autor nos pontos abordados acima, a República Velha e a Era Vargas, são períodos amplamente marcados pelo fortalecimento da ideia de encaminhar as crianças e adolescentes abandonados para compor o operariado nos meios de produção, ou, em outros casos, o trabalho infantil ajudava a “inteirar” os baixos rendimentos das famílias. Em todo caso, o trabalho precoce é utilizado sob a justificativa de formar *homens bons* para sociedade, na preservação da ordem e constituindo uma ocupação útil para combater a ociosidade. Em face de tais pretextos, também é válido ressaltar que o trabalho como forma de subsistência no mundo do capital, nota-se que as “boas intenções”, buscavam somente esconder as mazelas do trabalho explorado da classe operária, em condições insalubres, desprotegidos e recebendo baixos ou nenhum salário.

2 No que tange o uso do trabalho infantil, o Código proíbe o trabalho para os menores de 12 anos e os menores de 14 anos que não tivessem cumprido instrução primária (FALEIROS, 2011).

Desse modo, a flexibilidade das legislações combinada a pressão dos industriais, juntamente com a falta de fiscalização, não foi capaz de conter os casos de trabalho infantil, os governos pós-Vargas não operaram grandes mudanças e durante o Regime Civil-Militar (1964-1985), não foi possível observar poucos avanços significativos. Embora ocorra uma atualização no Código de Menores, em 1979, suas bases não são de fato modificadas e continuam perpetuando a coerção e o encarceramento dos *menores*, através da “Doutrina da Situação Irregular” e a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM³.

A abertura para redemocratização e o fervor dos movimentos populares emergem diversas reivindicações sociais. A pressão dos movimentos de defesa na infância e juventude, como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e a Pastoral do Menor, através da organização de encontros e mobilizações, culminam nos artigos 227, 228, 229 da Constituição Federal de 1988 e posteriormente no nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990. O ECA representa um avanço extraordinário no que tange os direitos das crianças e adolescentes, destaca-se nesse documento a concepção de proteção integral consagrada em seus princípios fundamentais e a superação do termo “menor” a fim de expressar a universalidade dos direitos dispostos no Estatuto.

Quanto ao trabalho, em seu Capítulo V o ECA dispõe sobre o “Direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho”. Primeiramente, de acordo com art. 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 2019). Nos artigos seguintes, o Estatuto regulamenta a proteção do trabalho dos adolescentes, considerando a definição de aprendizagem a formação técnico-profissional em consonância com diretrizes básicas da educação, a frequência no ensino regular, as condições e a carga horária de trabalho, bem como o acesso a bolsa aprendizagem (BRASIL, 2019).

Contudo, torna-se cada vez mais difícil a concretização do ECA em meio as privações da pobreza, que foram agudizadas com a pandemia da COVID-19. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2021) “No Brasil, antes da pandemia, já havia mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes nessa situação.” Em escala global, eles também alertam que mais 8,9 milhões correm o risco ingressar no trabalho infantil até o fim deste ano (2022) (UNICEF, 2021). Os dados elencados, expressam uma dinâmica profundamente preocupante, que escancara a condição violadora de vida de uma grande parcela das crianças, sobretudo no pós-pandemia, constituindo um contexto extremamente desafiador para a proteção social.

3 “[...] órgão normativo sobre a política nacional do menor, cuja a execução foi atribuída às Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEM’S, administradas pela Secretaria de Justiça de Defesa da Cidadania (CARVALHO, 1977 apud SIMÕES, 2007, p. 205).

CONCLUSÃO

Em suma, concluímos que na contemporaneidade se vislumbra um cenário de potencial aumento das vulnerabilidades. O sistema capitalista amplia o desmonte das condições seguras e protegidas do trabalho, ao passo absorve vorazmente a mão-de-obra, que busca sobreviver em meio a exclusão e desigualdade crescentes. Em face desta questão relacionada a infância, Fávero (2000 apud IAMAMOTO 2010, p. 264) reflete que “[...] A vida cotidiana das crianças das classes subalternas – vitimados por uma ideologia de naturalização da pobreza e da violência social e um modelo concentrador de renda, propriedade e poder – não tem adquirido a devida visibilidade no espaço público”

Nesse sentido, ainda é importante refletirmos sobre como a precarização do trabalho, juntamente com agudização da “questão social” é um ponto fulcral na análise sobre a perpetuação do trabalho infantil. Tal reflexão, almeja se torna essencial, principalmente na atualidade, em um contexto de amplo enfraquecimento do direitos trabalhistas que esfacela os vínculos dos trabalhadores e vem minando cotidianamente suas relações. Um contexto que abarca diversas outras violações como o trabalho infantil e revela os limites gritantes da proteção integral prevista pela ECA.

REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho dos/as assistentes sociais**. CFESS Manifesta. 14º CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: cfessmanifesta-14cbas.indd. Acesso em 11 de outubro de 2022.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Rompimento do Vínculos do Pátrio Poder: condições socioeconômicas e familiares**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e Processo Político no Brasil** (2011). In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Questão Social, Família e Juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica** (2010). In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2007.

UNICEF. **Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo**. UNICEF BRASIL. Disponível em: Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo (unicef.org). Acesso em 10 de outubro de 2022.

YASBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: Grafiline, n. 3, p. 33 – 40, 2001.

O DESAFIO DA INSTRUMENTALIDADE NAS DEMANDAS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO

Data de submissão: 04/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Juliana de Araújo Moscoso Silva

Universidade Federal de Pernambuco -
UFPE Recife – PE
<https://lattes.cnpq.br/6987531514205282>

RESUMO: O presente trabalho teve a pretensão de problematizar a categoria instrumentalidade, a partir dos estudos de Yolanda Guerra, como uma mediação à materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, para além do debate do uso de técnicas e instrumentos, num movimento de horizonte para construção de respostas e estratégias de intervenção frente aos desafios lançados no cotidiano profissional. Propõe ao debate do Serviço Social como profissão interventiva e investigativa, pautado pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Em termos metodológicos, realizou-se a pesquisa bibliográfica sobre a prática profissional na área sociojurídica dentre os trabalhos apresentados nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS. A instrumentalidade foi apresentada na possibilidade de intervenção compromissada com os(as) usuários, na argumentação e embates a favor dos princípios e valores do projeto profissional,

na condução do acesso aos direitos sociais, o qual enquanto um projeto societário, lança desafios frente ao cenário contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; instrumentalidade; sociojurídico.

THE CHALLENGE OF INSTRUMENTALITY IN THE PROFESSIONAL DEMANDS OF SOCIAL SERVICE IN SOCIO-LEGAL

ABSTRACT: The present work intended to problematize the instrumentality category, based on the studies of Yolanda Guerra, as a mediation to the materialization of the Professional Ethical-Political Project of Social Service, in addition to the debate on the use of techniques and instruments, in a horizon movement to construct responses and intervention strategies in the face of challenges faced in daily professional life. It proposes the debate on Social Work as an intervention and investigative profession, guided by theoretical-methodological, technical-operative and ethical-political dimensions. In methodological terms, bibliographical research was carried out on professional practice in the socio-legal area among the works presented in the Annals of the XVII Brazilian Congress of

Social Workers-CBAS. The instrumentality was presented in the possibility of committed intervention with users, in the arguments and clashes in favor of the principles and values of the professional project, in leading to access to social rights, which, as a corporate project, poses challenges in the face of the scenario contemporary

KEYWORDS: Social Service; instrumentality; socio-legal.

INTRODUÇÃO

A categoria instrumentalidade trazida pelos estudos de Guerra (2014; 2023) tem por base uma teoria social crítica e dialética, a partir da obras de Karl Marx e Georg Lukács, resgatando-a como mediação do fazer profissional do/no Serviço Social, que aponta nas escolhas e no modo de usar os seus instrumentos uma finalidade de sua ação, a teleologia. A mediação instiga a reflexão da intencionalidade das respostas profissionais, da autonomia relativa, pela escolha de uma intervenção a partir de aproximações as determinações da realidade, o que coloca ao profissional seu posicionamento frente aos projetos societários, e assim a materialização do seu projeto profissional.

Enquanto espaço sócio-ocupacional crescente para atuação do Serviço Social é relevante aprofundar seu objeto de intervenção e suas respostas profissionais, considerando ainda ser o Poder Judiciário uma estrutura de coerção e consenso do Estado, como espaço de demandas a judicialização dos conflitos sociais, justiciabilidade dos direitos sociais e criminalização da pobreza.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da obra “Instrumentalidade do Serviço Social”, Guerra (2014) levanta sua análise para reflexão da categoria instrumentalidade não como mero instrumento e técnica utilizados pelo profissional em sua prática, mas antes mesmo como o Serviço Social ser um instrumento para realização de um projeto. Suas análises partem da teoria crítica marxista para ultrapassar a aparência, o imediato, buscando a essência, o conhecimento da totalidade nas suas mediações e contradições.

A instrumentalidade no trabalho do/no Serviço Social, em suas intervenções ideopolítica e socioprofissional, pode ser colocada como

...a capacidade de articularmos estratégias e táticas mais adequadas (ou não) aos objetivos que pretendemos alcançar. Se no processo de trabalho o ser social aciona determinados níveis de racionalidades e põe em movimento a sua vontade, adequando-a as suas finalidades, a instrumentalidade do trabalho depende de uma definição da razão e da vontade do sujeito, depende de um processo de conhecimento (o mais aproximado possível) da realidade e da tomada de decisão (a mais adequada à relação meios e fins). (Guerra, 2023, p. 55).

Para Netto (2007), o projeto profissional coloca-se como um tipo de projeto coletivo, societário, identificando-o como a autoimagem de uma profissão e que é construído por

sujeitos coletivos e heterogêneos. Nesse sentido, “O Serviço Social escreve a sua história no terreno do capitalismo, mas supera essa contingência ao questionar a forma de vida e exploração desse modo de produção” (Arcoverde; Chaves, 2018, p.173). Em seu processo de formação e fundamentação apresentam-se as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para o seu exercício profissional.

A inserção profissional do Serviço Social no sociojurídico é resgatada por Fávero (2018) em seus estudos através das requisições conservadoras e desafiantes no avanço da judicialização das expressões da questão social e no crescente controle estatal sobre a classe trabalhadora e seus filhos. Sobre essas mediações e no movimento do contraditório é que o Serviço Social pode operar no universo jurídico, optando por fortalecer um ou outro polo da sociedade de classes. Assim são colocados desafios e possibilidades de atuação, nos quais:

A partir das expressões cotidianas mais singulares e aparentemente desprovidas de mediações sociais concretas é que os assistentes sociais que atuam nessa área têm que operar e trabalhar para reverter a tendência reprodutora da dominação, da culpabilização dos indivíduos e da vigilância de seus comportamentos. (Borgianni, 2013, p. 423).

Dentro do espaço sócio-ocupacional do Poder Judiciário, braço estendido do controle e da coerção do Estado, coloca-se ao profissional um olhar atento e constante ao seu projeto profissional, direcionando sua intervenção e embates a favor de seus usuários e pelo acesso e garantia aos direitos sociais e a defesa aos direitos humanos, pela democracia e liberdade, como desafios a serem enfrentados no cenário contemporâneo.

MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica junto aos trabalhos apresentados nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS¹, no ano de 2022, no Eixo “Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, a partir dos títulos com filtro nos termos “prática” e “trabalho”, encontrando 6 produções. Teve por objetivo analisar como a produção de conhecimento está direcionando a discussão sobre a instrumentalidade frente aos desafios para atuação profissional na área sociojurídica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ambos os trabalhos apresentaram os desafios e as possibilidade de intervenção dentro da particularidade do espaço jurídico, num contexto agravante das expressões da questão social no cenário do capitalismo monopolista, na conjuntura da pandemia. A atuação profissional, nos relatos da experiência junto ao Ministério Público, Defensoria

¹ Os Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS estão disponíveis no site: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Nele encontram-se os trabalhos publicados e os(as) respectivos (as) autores(as).

Pública, Tribunal de Justiça e Unidade Socioeducativa com adolescentes, apresentou-se na execução de demandas institucionais e demandas da profissão, num embate pela autonomia (relativa) e sua condição de trabalhador(a) assalariado(a), como parte de uma equipe interdisciplinar e na gestão de unidade, sendo a requisição prioritariamente voltada para subsidiar decisões judiciais. Entre os instrumentos e técnicas citados estão o estudo social com opinião em laudos e pareceres, perícia social, visitas, entrevistas, acompanhamento aos usuários, articulação e encaminhamento a rede social, os quais tem uma finalidade em sua avaliação.

A singularidade do espaço jurídico, como espaço de coerção, controle e disciplinamento, vem sendo retratado como lugar de criminalização, judicialização e assistencialização das refrações da questão social. No movimento contraditório, também é o lugar em que a população recorre para a garantia do direito social, buscando a efetivação no cotidiano social, sendo um campo de disputas contantes, e assim atravessado também por mediações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos sinalizar que a instrumentalidade é trazida como possibilidade para uma prática investigativa e interventiva no cotidiano profissional, na qualificação e fundamentação crítica para argumentar e propor estratégias a partir da aproximação a realidade contraditória do sistema capitalista e na qual também são colocadas as mediações na direção do projeto profissional, pela garantia de direitos sociais e defesa aos direitos humanos, sendo ainda permeado no embate pela autonomia relativa e num cenário de flexibilidade e precarização no mundo do trabalho. Isto requer buscar aliança junto aos usuários, segmentos da sociedade e com outros profissionais que compartilham dos mesmos valores e compromissos do projeto profissional, negociar com as instituições a favor dos interesses dos sujeitos nas políticas, entre outras estratégias fundamentadas nas dimensões da formação profissional.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. C. B.; CHAVES, H. L. A. Dimensões da formação e do exercício profissional do Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço Social em educação**. Lisboa: Pactor, 2018, p.173-183.

BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

FÁVERO, E. T. Serviço Social no sociojurídico: Requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

. O debate da instrumentalidade do/no Serviço Social e seus fundamentos. In: VASCONCELOS, A. P. S. de et al (Orgs.). Ética, instrumentalidade e o trabalho de **assistentes sociais nas políticas sociais**. Fortaleza/Ceará: Socialis Editora, 2023, p. 52- 73.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: Da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. esp., p. 73-82, 2007.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p. 156-178.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR

Data de aceite: 02/05/2024

Edenilza Silva Cesário

Assistente social; Niterói/Brasil; mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF; Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares/Universidade Federal Fluminense
<http://lattes.cnpq.br/5345247642572280>

RESUMO: O trabalho parte de algumas reflexões iniciais como assistente social com atuação na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/BR, objeto da escrita da dissertação Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Reflexões essas sobre a inserção de assistentes sociais na política, principalmente a partir do boom nas políticas urbanas e habitacionais, ocorrido na primeira década dos anos 2000; e de como no atual contexto de mudanças do capitalismo e de suas tendências conservadoras, a intervenção profissional se confronta com as projeções política e teórica maturada no projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício profissional, Assistentes Sociais, Trabalho Social, Política habitacional e urbana.

THE PROFESSIONAL EXERCISE OF SOCIAL WORKERS IN HOUSING POLICY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO/BR

ABSTRACT: The work is based on some initial reflections as a social worker working in urban and housing policy in the city of Rio de Janeiro/BR, the subject of writing the dissertation Postgraduate Program in Social Service and Regional Development/UFF. These are reflections on the insertion of social workers in politics, mainly following the boom in urban and housing policies, which occurred in the first decade of the 2000s; and how in the current context of changes in capitalism and its conservative tendencies, professional intervention is confronted with political and theoretical projections matured in the ethical-political project.

KEYWORDS: Professional practice, Social Workers, Social Work, Housing and urban policy.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte de algumas reflexões iniciais como assistente social com atuação na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/

BR que está sendo objeto da escrita da dissertação Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Reflexões essas sobre a inserção de assistentes sociais na política, principalmente a partir do boom nas políticas urbanas e habitacionais, ocorrido na primeira década dos anos 2000; e de como no atual contexto de mudanças do capitalismo e de suas tendências conservadoras, a intervenção profissional se confronta com as projeções política e teórica maturada no projeto ético-político.

O fato do Rio de Janeiro ser um dos principais centros políticos do país, de referência internacional inclusive para a realização de inúmeros megaeventos, como os jogos esportivos da Copa Mundial de Futebol Masculino de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e o projeto de segurança pública como a UPP (Unidade de Política Pacificadora - Projeto implementado em 2008 que, em tese, consistia em ocupar determinados territórios dominados por facções criminosas para estabelecer um policiamento comunitário, que fosse próximo ao 'cidadão', e abrisse caminho para serviços sociais do Estado), repercutiu na política urbana e habitacional de forma enfática. Inúmeros projetos e ações urbanísticas buscam transformar a cidade, e com isso impactam diretamente na vida da população mais pauperizada e, principalmente, àquelas que buscam residir nas regiões mais centrais de forma a acessar as políticas como de emprego e renda, por exemplo.

Na transformação da cidade essa população acaba sendo expulsa para as regiões periféricas, acentuando ainda mais as desigualdades e aumentando a pobreza. É verdade que essas características não se alteraram ao longo da história do Rio de Janeiro, porém avanços foram sentidos no período pós-redemocratização com a legislação do direito à cidade, na implementação dos instrumentos urbanísticos, na elaboração de políticas, projetos e programas de urbanização, de habitação e na participação ativa dos segmentos da sociedade civil.

O Trabalho Social na política habitacional

É relevante destacar que, na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, os assistentes sociais desenvolvem suas ações na política habitacional no âmbito do trabalho social, que é a execução de um conjunto de ações que se configuram numa metodologia que aborda diversos temas em eixos, entre eles: mobilização, organização e fortalecimento social, desenvolvimento socioeconômico, educação ambiental e patrimonial. Esse conjunto de ações é norteado pela Portaria nº464/2018, do Ministério das Cidades, que no atual governo está em processo de revisão.

A título de esclarecimento, o papel do assistente social na política urbana está coadunado com os princípios básicos da Política Nacional de Habitação (2004), os quais são:

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, transporte, equipamento, serviços urbanos e sociais, saneamento ambiental;
- Habitação como política de Estado, no qual o poder público é agente na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de assentamentos precários (entendendo como os espaços de favelas e loteamentos), e que deve ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole a gestão de um governo;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Articulação das ações de habitação à política urbana e integrada às demais políticas sociais e ambientais.

O trabalho social enquanto componente estruturante da política habitacional e urbana no Brasil dever ser obrigatório para todos os programas, como as intervenções de urbanização, regularização fundiária, de provisão habitacional, em áreas de desastres naturais e outras consideradas de risco.

Como profissionais que atuamos diretamente com a população nos seus territórios, é essencial o Trabalho Social para garantir e viabilizar o fluxo de informações, de traçar estratégias de participação e realizar ações afirmativas junto aos diferentes grupos do território que está ocorrendo a intervenção, como forma de não só permitir a qualidade da implementação do projeto em toda a sua execução, mas de possibilitar que esses sujeitos sociais façam parte de fato da construção da cidade a partir de seu território, ou seja, sua atuação tem de estar orientada na perspectiva do direito à cidade.

Entende-se direito à cidade na perspectiva de Harvey (2014) como o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente, a luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capital.

Resultados preliminares da pesquisa

Algumas questões foram identificadas e que podem impactar no exercício profissional de assistentes sociais na política habitacional, os quais são percebidos como desafios também postos a outras políticas setoriais, pois são consequências do modo de produção capitalista vigente:

- Forma de contratação: a maioria dos assistentes sociais que atuam na política urbana tem contratos precarizados – contratos por prazo, contratos por produto/tarefa, contratos por MEI – Microempreendedor Individual;
- Carga horária extrapolada, uma vez que são contratados com um nome genérico, não fazendo jus ao direito às 30 horas de trabalho conquistado no Brasil;

- Condições da execução do trabalho: faltam insumos de suporte ao trabalho como espaço adequado, transporte e internet, por exemplo;
- Falta de tempo para atualização/capacitação profissional, considerando ser, em sua maioria, mulheres;
- A utilização das novas tecnologias de informação;
- Áreas conflagradas pela milícia, entre outros.

Para enfrentar esses desafios, os quais não são nada fáceis, é fundamental que os assistentes sociais se articulem com movimentos sociais e outros profissionais para fomentar a participação popular como forma de resistência e conquista do direito à cidade, além de seus próprios direitos.

Nesse breve panorama de questões apresentadas e desafios postos à categoria profissional, soma-se o fato de 92,92% dos assistentes sociais são mulheres, conforme pesquisa realizada pelo CFESS (2022), as quais possuem tripla jornada de trabalho.

Os desafios postos à atualidade do exercício profissional de assistentes sociais são diversos, uma vez que a atuação profissional muitas vezes se confronta com as diretrizes do projeto ético-político da profissão, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Nesse sentido, os assistentes sociais precisam estar atentos para não reproduzir práticas excludentes e discriminatórias em suas intervenções urbanas, nem de reatualizar práticas conservadoras.

Desafios colocados ao Serviço Social: um destaque para a política habitacional

Importante apontar que a instauração de uma sequência de mudanças na sociedade fomentadas pelo sistema capitalista, bem como os “novos padrões” delinear-se a partir da reestruturação produtiva e de seu princípio fundamental, que é reerguer os níveis de acumulação para concentração do capital. Esse processo estabeleceu inúmeras transformações que afetaram o mundo do trabalho e, conseqüentemente, ocasionou o que lamamoto (2015, p. 9) denomina de “agravamento da ‘questão social’”, que segundo a autora as expressões da questão social são fenômenos resultantes da desigualdade fomentada pela sociedade capitalista, que tem raízes na fragmentação entre as classes sociais, no fortalecimento do antagonismo social, na dependência e detenção de bens de uma pequena parte da sociedade (burguesia) em relação à outra parte em escala maior (proletariado), e que o Serviço Social é chamada a intervir desde sua gênese.

É nesta conjuntura excludente, seletiva, marcada por desigualdades e interesses antagônicos que ocorre a intensificação das manifestações da “questão social”, que se materializa no âmbito social, a partir da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, do aumento no índice de desemprego, pela terceirização dos serviços, pelo agravamento do empobrecimento, pelo aumento da taxa de adoecimento de trabalhadores nas diversas

áreas, dentre outros. Cada um desses processos interfere diretamente na organização da sociedade e “no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado” (CESAR, 2010, p. 117).

Iamamoto (2015, p. 21) ao discutir sobre o trabalho de assistentes sociais, evidencia que é importante que o profissional seja:

(...) um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Ainda tratando sobre o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, pode-se apontar que identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização postas ao Serviço Social. E, portanto, na atual conjuntura há a necessidade de um profissional com “práticas sociais” capazes de enxergar possibilidades e conduzi-las à construção de um novo projeto de sociedade. Neste sentido requer comprometimento e compromisso da categoria, inserção nas discussões políticas para que se possibilite uma execução de qualidade no âmbito da política habitacional.

Segundo Iamamoto (2015, p. 20), um dos maiores desafios que o assistente social é o desenvolvimento de sua capacidade para decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, pois a realidade é dinâmica e diversa. E ser um profissional propositivo e não apenas executivo das políticas requer envolvimento, articulação com profissionais de outras áreas e serviços.

Este é um grande desafio colocado na dinâmica de uma rotina da intervenção profissional, porém, nesse cenário de “subordinação” ao capital o assistente social depara-se com vários outros, dentre eles está a sua condição de trabalhador assalariado e com contratos precarizados, sendo a partir do processo de “contratação” e da venda de sua força de trabalho que se pode observar a utilidade do “consumo” de sua mão-de-obra para o capital, bem como essa condição reflete na prática profissional.

Como aponta Raichelis (2010), essa dinâmica de precarização atinge o assistente social com a insegurança do desemprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros.

Além desses desafios, o assistente social é colocado em contradições na conjuntura capitalista nos mais diversos âmbitos da intervenção, estando de um lado tentando viabilizar

os direitos sociais à classe trabalhadora e de outro vivenciando as situações de sujeição ao Estado, que é o principal órgão empregador da categoria.

O exercício profissional de assistentes sociais (...) responde às demandas do capital e do trabalho, e nessa díade só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história, que conforme a teoria marxista se constitui como a luta de classes.

Deve-se considerar o exercício profissional do assistente social um elemento importante na contribuição para a resolução das problemáticas existentes na sociedade, uma vez que este desempenha suas ações que auxiliam na transformação da realidade social e as relações sociais nela existentes. Assim, cabe ressaltar alguns elementos constitutivos do processo de trabalho desta categoria profissional na contemporaneidade, e lamamoto (2015, p. 101) faz os seguintes apontamentos:

(...) acompanhamento dos processos sociais; conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho; (...) conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais [...] em suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os distintos segmentos do capital e com os proprietários (...).

Destaca-se que não se pode reduzir a atuação profissional a essas ações, pois a intervenção é bem mais ampla e aprofundada, é instrumentalizada, e possui três dimensões as quais são interligadas: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como parte da especialização do trabalho coletivo, é o de buscar possíveis soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas e que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica (GUERRA, s/d, p. 2). Referente às três dimensões, é fundamental ressaltar que uma complementa a outra, e que ambas são inseparáveis no processo de trabalho do assistente social, é nesta perspectiva de indissociabilidade das dimensões que SANTOS, FILHO E BACKX (2012, p. 17) defendem “a concepção de que o exercício profissional se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões (...) que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades”.

Pelo exposto, é no planejamento, no desenvolvimento e na viabilização de políticas que os assistentes sociais se colocam no dever de conceder a partir de seu trabalho, serviços que priorizem o acesso dos sujeitos sociais aos programas e projetos que possibilite ao público usuário a garantia de direitos.

Embora a atuação do Serviço Social na questão urbana tenha sua historicidade, datada antes mesmo da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação, a análise do trabalho é a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 e seu arcabouço institucional que o Serviço Social retorna através do Trabalho Social e ganha lugar de destaque nos diferentes programas, sendo reconhecido como componente importante nas intervenções da política pública e passa a ser entendido como um direito na Política Nacional de Habitação; sua exigência, inclusive, é estendida para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado, em particular com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ainda o Programa Minha Casa, Minha Vida em um momento posterior.

A exigência do Trabalho Social ganha destaque no diálogo com a população para viabilizar as intervenções físicas, social e a sustentabilidade dos projetos executados, orientado inicialmente pela Instrução Normativa nº 8/2009, do Ministério das Cidades foi o documento que configurou o Trabalho Social, sendo definido:

[...] como um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (IN nº.08/2009).

Esse é um ponto de destaque, pois com a obrigatoriedade do Trabalho Social sendo exercido em sua maioria pelos assistentes sociais, nos aponta uma direção importante; no entanto, o que verificamos nos municípios é a terceirização da execução do Trabalho Social, uma vez que falta estruturação das secretarias e de concurso público.

Esclarece-se que essa é a lógica da composição orgânica do capital e, contraditoriamente, a cada dia percebemos também os elementos neoconservadores na profissão que a conjuntura tem exaltado. Esses elementos são apontados na pesquisa realizada bibliográfica realizada por Cantalice (2016, p. 231) “(...) extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social”.

Nesse arcabouço institucional nacional, o trabalho social é reconhecido como componente da política pública, articulado às diretrizes da política urbana e habitacional, e

esse reconhecimento pode ser considerado uma conquista da categoria de assistentes sociais que tem história de atuação nos últimos 30 anos nas políticas habitacionais (...) a trajetória nas lutas pela reforma urbana, pelo direito à cidade, pela gestão democrática, pela função social da propriedade, pela moradia digna e de qualidade, pela participação social da população e dos movimentos de moradia na definição, implementação e controle social da política pública (PAZ, R; DINIZ, T., 2018, p. 02)

Assim, evidencia-se o Serviço Social como uma categoria profissional importante nesse processo, trabalhando articulado à sociedade civil e ao Estado, no sentido de promover a inclusão à cidade. Esse debate sobre a inserção da categoria na política urbana

e habitacional retornou à cena com maior afinco, porém o que se pode observar é que essa reinserção não se vinculou de forma crítico-propositiva, acrescenta-se a isso a reorganização do mercado de trabalho, “gerando questões objetivas e concretas para o trabalho do assistente social: intensificação do trabalho, redução dos direitos, subcontratação, dificuldades para a requalificação profissional, entre outras” (SILVA, 2015, p. 116).

Essa reorganização decorrente das sucessivas crises do capitalismo e da reestruturação produtiva não é propícia aos interesses dos segmentos populares, pois as mudanças políticas e institucionais referenciadas pelo mercado se alinham com a economia mundial, e incidem sobre a cidade com as constantes modificações do espaço urbano, nunca voltados aos interesses da população. Exemplo são as intervenções realizadas para os megaeventos e transformações viárias que não possuem o objetivo de possibilitar a melhor mobilidade para e da população periférica.

É nesse contexto também que surgem os projetos de urbanização de favelas que gradativamente vão se colocando como mais uma estratégia de reestruturação urbana, na medida em que implicam em remoção de seus moradores, dando lugar aos interesses dominantes. E é nessa conjuntura que o Serviço Social tem sido chamado para atuar em projetos que envolvem remoções, realocações e remanejamentos de famílias, ainda que se utilizem de estratégias do discurso da participação e organização dos moradores, visam um consenso no sentido legitimar os interesses dominantes, não projetando alternativas para a população, o que nos remete ao exposto por Oakeshott (2014, p. 4) “ser conservador não é apenas ser avesso à mudança [...] é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens.

Ainda que a perspectiva da intenção de ruptura tenha se tornado hegemônica na profissão, verifica-se a persistência da abordagem autoritária e compensatória que subestima as capacidades dos usuários de pensar, de transitar e de exercer suas liberdades com autonomia, como pode ser observado claramente na execução dos projetos sociais habitacionais. Nesse sentido, a dimensão do trabalho profissional é esvaziada de suas bases teóricas e políticas ao reproduzir os interesses da classe dominante fazendo minar ou consensuar os espaços de interlocução dos usuários, não contribuindo para a emancipação política, sem atuar na consciência dos sujeitos e com crescente despolitização na ação profissional, o que vai contra os princípios bem estabelecidos do projeto ético-político da categoria traduzidos no Código de ética profissional vigente.

Sendo assim, é importante que o assistente social esteja atento para os antigos dilemas que são reatualizados, como a questão do controle que a profissão assume hoje nas intervenções urbanas. Tendo em vista os desafios colocados e a persistência de traços conservadores da profissão é importante que os assistentes sociais invistam em suas ações profissionais cotidianas de maneira articulada aos movimentos sociais e outras categorias profissionais que estejam alinhados com a resistência, na perspectiva de resistir as formas opressivas de gestão da cidade, atentando para as possibilidades de atuação, para além do instituído, estimulando novas modalidades de expressão coletiva.

CONSIDERAÇÕES EM PROCESSO

Certamente, os assistentes sociais enfrentam uma série de desafios, especialmente na luta para manter sua direção social e projeto ético-político em meio à precarização das relações de trabalho. Precisam estar vigilantes e prontos para combater o viés neoconservador que está sendo propagado, principalmente em relação às intervenções urbanas que não são pensadas para os segmentos populares, mas que se tornam o público-alvo das modificações na cidade.

Nessa perspectiva, é crucial estar em consonância, de maneira articulada, com os movimentos sociais fomentando a participação popular, que é um dos elementos centrais, na perspectiva da resistência aos modos opressivos e violentos de gerir a cidade, bem como de outras categorias profissionais. A experiência do processo participativo, na conquista do direito à cidade, permite a construção de uma base de novos valores e posicionamentos frente a questão urbana.

O trabalho do assistente social no atual cenário, exige que se repense a participação para que ela ultrapasse sua perspectiva conservadora do processo de cooptação no que diz respeito aos processos de organização e de mobilização das classes populares. Nesse sentido, a utilização das novas tecnologias da informação na atualidade, ainda que restritas a uma parte da população, deve envolver os usuários, os movimentos sociais, a categoria e outros profissionais com a discussão sobre a questão urbana desejável, tornando-se uma estratégia importante para compartilhar informações, para ampliar conhecimentos e discutir coletivamente sobre o acesso ao direito à cidade com quem faz a cidade de fato.

Apesar dos desafios, é importante lembrar que o Serviço Social, com sua direção social e projeto ético-político, tem um papel crucial na sociedade. Ele atua como um mediador entre as necessidades da população e os recursos disponíveis, lutando constantemente pela justiça social e pela melhoria das condições de vida.

A precarização das relações de trabalho é uma realidade que afeta muitos trabalhadores, mas o Serviço Social está na linha de frente, vivenciando e defendendo os direitos dos trabalhadores e buscando soluções para esses problemas, quando não, para amenizá-los.

Portanto, embora os desafios sejam grandes, a importância e o impacto do Serviço Social não podem ser subestimados. A luta continua, e cada passo em direção à justiça social é um passo na direção certa.

Por fim, são inúmeros os desafios postos ao Serviço Social, sobretudo, na luta pela manutenção de sua direção social coadunado com o projeto ético-político e frente à precarização das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Revista Temporális nº 03**, Brasília: ABEPSS. 2001. Brasília: ABEPSS. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Instrução Normativa, n. 08, de 15 de janeiro de 2009**. Orienta as ações Trabalho Técnico Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. In: **Cadernos MCidades Habitação**. DF: Brasília, 2004.

CANTALICE, Luciana B. de O., Neoconservadorismo na Produção do conhecimento em Serviço Social: tensões e entre o pós-moderno e o projeto profissional. In: **Revista Temporális**, ano 16, n. 32, jul/dez, Brasília: ABEPSS. 2016.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competência e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social**. 5. ed., Cortez Ed.: São Paulo, 2010.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: **Território – territórios**. Niterói: Editora EDUFF, 2007.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed., São Paulo. ed. Cortez, 2015.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

Sem parar – **O trabalho e a vida das mulheres na Pandemia**. Disponível em: <http://mulheresnapanademia.sof.org.br/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade. In: SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 264-274.

SILVA, José Fernandes Siqueira da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. In: **Revista Em Pauta**. (RJ), ano 13, n. 35, p. 99-125, jan. /jun. 2015.

PAZ, Rosângela D. Oliveira; DINIZ, Tânia Maria R. de Godoi. O Trabalho Social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

O ORÇAMENTO E O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL: IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Data de aceite: 02/05/2024

Bárbara Lessa Amaral

Universidade Federal do Maranhão
(UFMA); Graduanda do Curso de Serviço
Social

RESUMO: O presente trabalho realiza uma análise do orçamento e do financiamento da política pública de assistência social a partir de uma perspectiva neoliberal, levando em consideração os últimos governos brasileiros que adotaram essas características político-econômicas. Dessa forma, se preocupa em compreender a evolução do orçamento e, no que se refere ao financiamento, as mudanças ocorridas, assim como o atual modelo de funcionamento. Ademais, expor os dois tipos de proteção social que o Sistema Único de Assistência Social abarca, revelando e analisando como foi dado seus respectivos orçamentos ao longo dos anos. Por fim, busca ponderar quais os impactos dessa dinâmica na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: orçamento; financiamento; neoliberalismo; impactos sociais; assistência social.

ABSTRACT: The present work performs an analysis of the budget and financing of the public policy of social assistance from a neoliberal perspective, taking into account the last Brazilian governments that adopted these political-economic characteristics. In this way, it is concerned with understanding the evolution of the budget and, with regard to financing, the changes that have occurred, as well as the current operating model. Furthermore, expose the two types of social protection that the Unified Social Assistance System encompasses, revealing and analyzing how their respective budgets were given over the years. Finally, it seeks to consider the impacts of this dynamic on Brazilian society.

KEYWORDS: budget; financing; neoliberalism; social impacts; social assistance.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pelo neoliberalismo, a exemplo da brasileira nos últimos anos¹, a presença de uma política pública como a de assistência social torna-

¹ “[...] No início da década de 1990 diante da lógica neoliberal, que o Brasil se insere na economia mundial, imprimindo uma reforma do Estado.” (DOS REIS ET AL., 2010).

se imprescindível para a superação das amarras do sistema capitalista, o qual fortalece essa doutrina, uma vez que “não existe capitalismo sem acumulação de capital” (NETTO, BRAZ, 2006).

Não obstante, a política pública de assistência social possui uma função contraditória na sociedade capitalista, e pode promover um tipo de reforma que possibilitaria melhor definir o movimento de superação do estado presente de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Esse processo se dá através da emancipação humana² da classe trabalhadora, considerando a perspectiva de que esta é oprimida à classe dominante (burguesa), dado que “a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômicos corporativos.” (SIMIONATTO, 2009). Posto isso, compreende-se a necessidade do fortalecimento de tal política no quadro socioeconômico neoliberal de extensão e aprofundamento da pobreza, através de mecanismos de financiamento, possibilitando a participação das(os) assistentes sociais no movimento de emancipação humana.

Ademais, vale destacar a importância dessa política pública através de sua definição. Partindo do que se pode tomar como o momento do seu surgimento no Brasil, se deu de forma filantrópica, sendo ofertada pelo vínculo entre a burguesia e a igreja (MARTINELLI, 2000). Dessa forma, além de possuir um caráter assistencialista, utilizava-se dessa prática para divulgação dos princípios da classe dominante. Fala-se prática, uma vez que, nessa época, a assistência social não era vista como uma política pública. (SOUSA ET AL, 2013).

A assistência social só será vista como direito com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, por meio do qual torna-se política pública a partir da definição no Art. 203: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988). Anos após, é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) que em seu Art. 1º, define como:

direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

Compreende-se que esta política social também permite o controle social por parte dos cidadãos, e por viabilizar soluções para parte das demandas sociais de seus usuários, muitas vezes relacionadas às desigualdades sociais provenientes do sistema capitalista o qual o país está inserido. Posto isso, o objetivo deste trabalho é analisar quais os impactos dos recursos que são destinados para o financiamento da política pública de assistência social na sociedade brasileira.

² “Se realizará quando o homem se libertar de toda a consciência alienada” (DAROS, 2009). E, por alienação, entende-se “Estado do indivíduo que não mais se pertence, que não detém o controle de si mesmo ou que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa” (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2008).

No que se refere à metodologia para produção deste artigo, ateu-se a dados secundários obtidos através do Painel do Orçamento Federal (2023), do referencial teórico por meio das reflexões da professora Lena Lavinias e de outros autores que possuem ponderações que reiteram alguns aspectos levantados neste trabalho.

A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÓTICA NEOLIBERAL

Conforme afirma Pedro Henrique Carinhato, “a ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.” (CARINHATO, 2008). Com essa reflexão, compreende-se que o neoliberalismo está focado para a expansão do âmbito econômico, sobrando pouco ou nenhum espaço para questões sociais.

Apesar do grande enfrentamento do neoliberalismo pelo Serviço Social - a exemplo do Movimento de Reconceituação, ocorrido por volta de 1978 com o objetivo de romper com a concepção de assistencialismo que abarcava a assistência social, tornando-a dever do Estado e direito de todo cidadão (SILVA, 2007) - ainda encontram-se algumas influências dessa corrente na atuação profissional, tal como seu surgimento com um caráter assistencialista, tirando do Estado a responsabilidade de assegurar tais direitos.

Para além disso, destaca-se a perspectiva marxista acerca do que o neoliberalismo representa: “a corrente marxista e neomarxista, que pensa o neoliberalismo como uma política de classe, apoiada numa ideologia econômica que visa expandir a mercadorização.” (CAMPOS, 2022). Novamente, tem-se a doutrina neoliberal prioriza o desenvolvimento econômico e o giro do capital, sendo assim, não possui olhar de urgência no que se refere às soluções das demandas sociais postas pela sociedade.

No Brasil, não se dá de forma diferente, visto que, várias foram as ameaças aos direitos dos cidadãos brasileiros, sem contar com os cortes orçamentários que a política pública de assistência social sofreu, a exemplo da proteção social básica e da proteção social especial, tomando como parâmetro os últimos governos dos anos mais recentes. Como exemplo do que foi dito, segundo a Assessoria de Imprensa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (2022), houve uma audiência pública para tratar dos cortes que o governo federal estava objetivando colocar em prática, sendo “corte de 96% nos recursos destinados às despesas discricionárias³ da Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para 2023.” (ARAÚJO, 2022).

Para além disso, destaca-se que, no ano de 2016, os economistas Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani e Davide Furceri reconheceram a perversidade do neoliberalismo, ao afirmarem que “em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, colocando em risco uma expansão duradoura” (OSTRY; PRAKASH;

3 Segundo o glossário do Congresso Nacional, entende-se: “Despesa cuja execução está sujeita à avaliação de oportunidade pelo gestor”. Ou seja, não se trata de uma despesa obrigatória.

FURCERI, 2016). Portanto, as políticas públicas sociais com influências fortes do neoliberalismo não dão a devida importância ao âmbito social, ocasionando a intensificação de desigualdades preexistentes, dado o sistema capitalista vigente.

Sob essa perspectiva, o próximo tópico discute como se dá o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a fim de elucidar quem são os responsáveis pelo repasse dos recursos e quem os recebe.

O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em primeira instância, antes mesmo de abordar sobre a dinâmica do financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), torna-se necessário compreender que a Constituição Federal (1988) intitulou a mesma como política pública com o intuito de combater o alto nível de pobreza que o país se encontrava, além da pressão social que recebia. (VIANA, 2011).

Posto isso, a forma como atualmente é realizado o financiamento da PNAS é diferente do modelo antigo⁴. Assim sendo, conforme disposto na Carta Magna, no inciso I do Art. 204, as ações governamentais se constituem da seguinte forma:

descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, percebe-se que desencadeia o caráter focalizado do antigo modelo, agora envolvendo as três esferas governamentais, de modo que boa parte dos recursos provém do orçamento federal, todavia é executado pelos demais entes da federação.

Ademais, as formas de financiamento para a execução dessas ações governamentais são provenientes do orçamento da Seguridade Social, conforme preceitua o Art. 195 da Constituição de 1988, o qual dispõe sobre as fontes de recurso, sendo, em grande parte, oriundas das contribuições sociais, que pertencem à União.

Anteriormente, o critério de análise sobre a territorialização era dado de um modo geral, não levando em consideração as particularidades de cada família e território. Com a institucionalização da PNAS (2004), encontra-se um modelo de trabalho voltado para o entendimento das pessoas envolvidas, as situações que são colocadas, as famílias e, numa instância maior, o território onde estão inseridas (PNAS, 2004).

Destaca-se, portanto, a importância do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual surge com o objetivo de concretizar o que fora posto anteriormente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993). O SUAS é organizado em: gestão, financiamento e controle social. (CIDADANIA, 2022).

⁴ "Marcado por práticas segmentadas, centralizadas e pontuais" (VIANA, 2011)

No que se refere a gestão desses recursos, é realizada por meio do SUAS que, através do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS) (CIDADANIA, 2022), define quanto será repassado aos Estados e Municípios, tomando como base os resultados aferidos na gestão desses recursos, como forma de incentivo ao uso da maneira correta dos mesmos.

Tais recursos seguem um modelo de distribuição baseado, além do IGD SUAS e do cofinanciamento, em blocos de financiamento, por meio do qual é realizado o repasse fundo a fundo para que o recurso não seja desviado para outra finalidade e em reprogramação de saldo, possibilitando que os municípios não necessitem devolver o recurso não utilizado em algum serviço, dado que o mesmo é de caráter continuado, logo, não possui data de finalização (CIDADANIA, 2022).

No que se refere aos blocos de financiamento, são divididos em cinco outros blocos, segundo a Portaria MDS n° 113/2015, sendo eles: Bloco de Proteção Social Básica; Bloco de Proteção Social Especial (média e alta complexidade); Bloco de Gestão do SUAS e Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico (Cadastro Único).

Com base nisso, o tópico a seguir aborda a evolução do orçamento da PNAS com ênfase nos blocos de proteção social básica e proteção social especial, além de elucidar como ambos são constituídos e quais seus objetivos.

O ORÇAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De antemão, cabe ressaltar a diferença dada entre a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. A primeira se constitui de programas, projetos, benefícios e serviços ofertados pela assistência social, com o intuito de combater cenários de vulnerabilidade social, além de fortalecer vínculos familiares, podendo encontrar-se fragilizados. A segunda, por sua vez, também se concebe pelos programas, projetos, benefícios e serviços oferecidos pela assistência social, contudo, em um cenário de violação de direitos com laços familiares rompidos (PNAS, 2004).

Entende-se que, para além da explicação dos dois tipos de proteção social, é necessário se ater a forma como o orçamento da PNAS se deu nos últimos anos:



Tabela 1 - Valores pagos para a assistência social: da União repassados aos estados e municípios, entre os anos de 2011 a 2022

FONTE: Painel do Orçamento Federal (2023)

Proporções no Orçamento da Assistência Social



Tabela 2 - Percentuais de distribuição do orçamento da assistência social comparando os programas de transferência de renda com as outras finalidades: da União para os estados e municípios FONTE: Painel do Orçamento Federal (2023)

Analisando os dados expostos, nota-se que houve um crescimento nos pagamentos realizados no orçamento da assistência social (de 2011 a 2022). Tal crescimento decorre dos programas de transferência de renda, conforme exposto na tabela 2. Contudo, ao observar o orçamento das outras finalidades da assistência social, percebe-se que tem havido redução nos valores pagos.

Especificamente em relação ao ano de 2021, houve uma redução considerável nos valores pagos para a assistência social. Isso se deve ao fato de que houve um crescimento exorbitante no ano de 2020, ocasionado, dentre outros, pelo “auxílio emergencial de

proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade”, necessário durante a eclosão da pandemia do Covid-19, que totalizou R\$ 229.905.730.367,07. Com o controle desse cenário, ocorreu uma queda no orçamento devido ao menor repasse deste auxílio, que foi de R\$ 4.690.667,59 em 2021 (BRASIL, 2021).

Neste instante, relaciona-se o que está sendo analisado com o pensamento de Lena Lavinas (2007), ao refletir sobre as diversas formas de desigualdades existentes: “a desigualdade no gasto público (gasto per capita), a desigualdade no uso (acesso a bens e serviços), a desigualdade de custos (relativos aos usos) e a desigualdade de resultados (derivada da qualidade da oferta)” (LAVINAS, pág 1464, 2007). A reflexão da professora Lavinas, no que se refere a desigualdade no gasto público, se expressa nos dados obtidos do orçamento, no momento em há uma evidente priorização para os programas de transferência de renda, ficando o restante do orçamento da assistência social alheio às prioridades do governo, ocasionando em um completo abandono das demais finalidades da assistência social, a exemplo do caráter educativo proporcionado por projetos, programas e serviços.

Ao observar o crescimento do orçamento, nota-se que mais de 90% do orçamento é voltado para os programas de transferência de renda (tabela 2), a exemplo do ano de 2020 onde o mesmo totalizou 98,70%. Alguns exemplos dos programas de transferência, são: Benefício de prestação continuada destinados à pessoa idosa e à pessoa com deficiente (BPC); renda mensal vitalícia por idade e por invalidez; e as transferências de renda destinadas ao combate à pobreza - bolsa família/auxílio Brasil; auxílio gás; além de eventuais auxílios emergências. Assim, compreende-se que:

os demais programas de transferência de renda tipo Bolsa-Família - Vale-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e aqueles de iniciativa dos estados e municípios como o Bolsa-Escola em Recife, o Renda Cidadã em São Paulo, o Cheque Cidadão no estado do Rio de Janeiro, e outros resíduos que vêm sendo assimilados pela centralização do Bolsa-Família -, não garantem o direito à segurança econômica, senão uma renda, o que é radicalmente distinto. (LAVINAS, 2007, pág. 1468).

Levando em consideração o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia da Covid-19, o auxílio emergencial, por exemplo, foi oferecido pelo Estado não porque o mesmo se preocupava com as questões sociais, mas porque viu-se obrigado devido ao cenário econômico nacional.

Isso posto, pode-se ainda fazer um estudo do orçamento dos dois tipos de proteção social que são abarcados pelo SUAS:

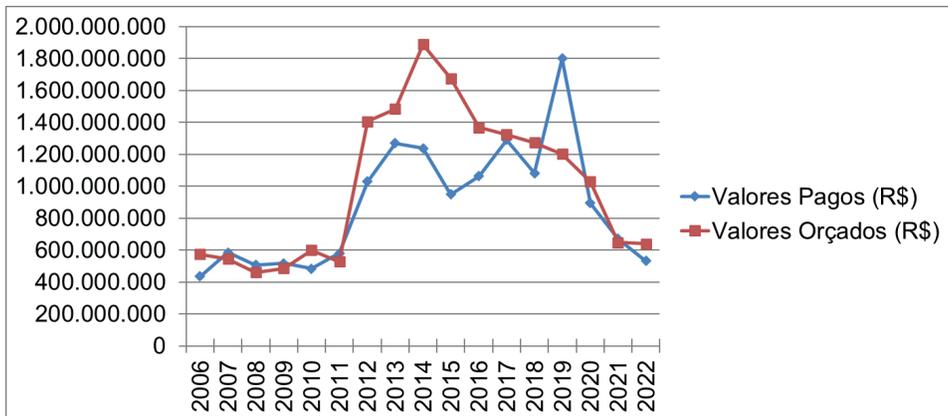


Tabela 3 - Orçamento para a proteção social básica entre os anos 2006 e 2022: da União para os estados e municípios

FONTE: Painel do Orçamento Federal (2023)

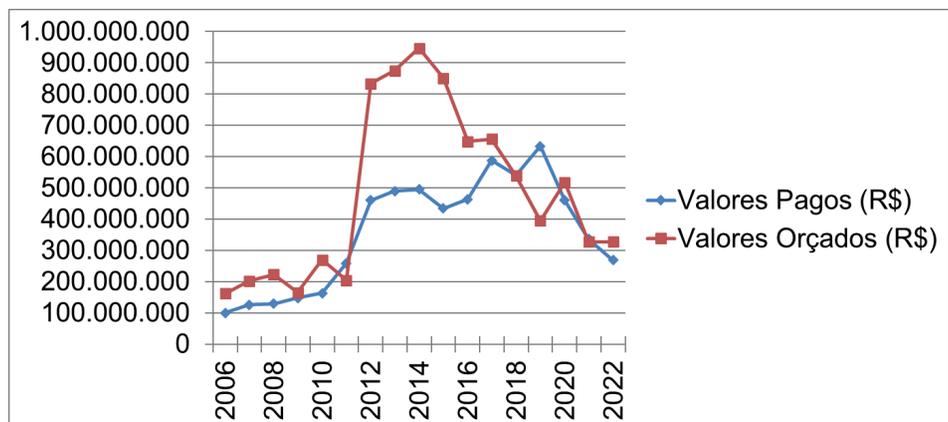


Tabela 4 - Orçamento para a proteção social especial entre os anos 2006 e 2022: da União para os estados e municípios

FONTE: Painel do Orçamento Federal (2023)

A princípio, torna-se importante elucidar o que significa valores pagos e valores orçados. Dessa forma, entende-se por valores orçados, os que foram inicialmente fixados para tal fim, nesse caso, para o financiamento da política pública de assistência social. Por outro lado, o valor pago é referente ao valor que foi efetivamente repassado. Como pode-se notar, na maioria dos anos, o valor pago é consideravelmente menor do que o valor orçado.

De forma geral, desde 2015, ocorreu, predominantemente, uma queda no orçamento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial e nota-se que o valor pago costuma ser menor do que o valor orçado. Diante desse cenário e das análises feitas, fica nítido que, nos últimos anos, houve um declínio exponencial no orçamento dos dois tipos de proteção

social. Logo, percebe-se que o Estado neoliberal brasileiro investe na política pública de assistência social, apenas o que julga possível, não o necessário, e, conseqüentemente, não se interessa com as demandas sociais.

CONCLUSÃO

Partindo da definição histórica e social da assistência social e das análises feitas, consegue-se entender o cenário atual, caracterizado por insuficiência de recursos para a política pública de assistência social. Simultâneo a isso, destaca-se a dificuldade da emancipação humana da classe trabalhadora, visto que tal política agrega de forma essencial, devido seu caráter pedagógico (CFESS, 1993).

Desse modo, o presente artigo se ateu ao estudo do orçamento da assistência social, a fim de compreender quais impactos os recursos repassados através do orçamento influenciam a sociedade brasileira. Portanto, destaca-se o que se considera o principal impacto: ao passo que os programas de transferência de renda aumentam, ou seja, um maior número de pessoas é contemplado pelos mesmos, significa dizer que o nível de pobreza está aumentando de forma concomitante no país.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não é criticar os programas de transferência de renda, os quais são necessários dado o atual cenário da sociedade brasileira. Contudo, é válido considerar que tal recurso chega ao usuário apenas em forma de números/renda, não levando em conta o aspecto pedagógico que pode ser transmitido a ele, resultando em empecilhos para que haja, de fato, o processo de emancipação, caracterizando-se mais um impacto na sociedade brasileira.

Diferente do recurso destinado aos programas de transferência de renda, os demais recursos que são dedicados às outras áreas da política pública de assistência social, serão transformados em programas, projetos, benefícios e serviços que, juntos a ele, os profissionais que atuam com essa política pública, levará “a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS, 1993).

Dado os impactos da falta de recursos no orçamento da assistência social ocasionam na sociedade brasileira, expostos nesta pesquisa, conclui-se que é indispensável o conhecimento do funcionamento do orçamento e do financiamento da política pública de assistência social, para que possam compreender os aspectos passíveis de melhoria e até que ponto os recursos de tal política estão sendo destinados para o caráter de emancipação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos. **Cortes no orçamento da Assistência Social feitos por Bolsonaro foram debatidos em Audiência Pública na Câmara Federal**. 2022. Disponível em: <http://www.cntsscut.org.br/destaques/4143/cortes-no-orcamento-da-assistencia-social-feitos-por-bolsonaro-foram-debatidos-em-audiencia-publica-na-camara-federal>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Glossário de Termos Legislativos. [S.d.]. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_discricionaria#:~:text=Despesa%20cuja%20execu%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20sujeita,Or%C3%A7ament%C3%A1ria%20. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. . **AUXILIO EMERGENCIAL DE PROTECAO SOCIAL A PESSOAS EM SITUACAO DE VULNERABILIDADE, DEVIDO A PANDEMIA DA COVID-19:** execução da despesa na ação orçamentária. Execução da despesa na ação orçamentária. 2021. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoaes/acao/00S4-auxilio-emergencial-de-protecao-social-a-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-devido-a-pandemia-da-covid-19>. Acesso em: 22 maio 2023.

Brasil. Ministério da Cidadania. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. Caderno de Apoio Técnico Integrado sobre Execução dos Recursos do SUAS. Brasília: MC, dez. 2022).

BRASIL. SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Painel do Orçamento Federal**. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true. Acesso em: 15 abr. 2023.

CAMPOS, Calvin Batista. **NEOLIBERALISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** uma análise do discurso de gestores da suas. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros, 2022. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2022/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-CALVIN.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CARDOSO, Franci Gomes et al. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. **ABEPSS; CFESS.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, p. 461-477, 2009.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e n. 293/1994.

DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. Emancipação Humana: Um Estudo Introdutório, 2009.

DOS REIS, Ana Paula et al. O avanço neoliberal no contexto do serviço social: o projeto ético-político enquanto instrumento de defesa, 2010.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de. **Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1463-1476, 2007.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2021.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. **Neoliberalism: oversold?. Oversold?.** 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004.

Rede SUAS. **Portaria que Regulamenta os Blocos de Financiamento**. 2015. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-que-regulamenta-os-blocos-de-financiamento/>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. uma abordagem gramsciana. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/cBXgDXkt7dJsx4Chbd6SpTD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SOCIAL, Assistência. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993.

SOUSA, Maria Maglinalda Figueiredo de et al. Assistência social como política pública de direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais. **Anais da 7ª Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís do Maranhão, MA**, 2013.

VIANA, Iraneide Cristina Araújo. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: avanços, desafios e contradições. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, v. , n. , p. 1-10, ago. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/FINANCIAMENTO_DA_POLITICA_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Mestra (2017) e Doutora (2023) em Política Social pelo Programa e Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Possui experiência profissional na Previdência Social, Assistência Social e na Saúde Pública. Atualmente, é 2º Tenente do Exército Brasileiro / Assistente Social do Hospital Central do Exército, vinculada ao Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia, desenvolvendo atividades da docência, tutoria e preceptoria, entre outras.

A

Atuação 1, 2, 3, 4, 13, 14, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 29

C

Capitalismo 5, 6, 7, 14, 17, 18, 24, 28

Capitalista 3, 6, 8, 11, 15, 19, 20, 21, 28, 30

Cenário 2, 3, 4, 5, 11, 12, 14, 15, 21, 25, 31, 33, 34, 35

Classe 5, 6, 9, 14, 22, 24, 28, 29, 35, 36, 37

Contemporâneo 7, 12, 14

Cultura 3

D

Desafio 12, 21

Direitos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 31, 36, 37

E

Estratégia 24, 25

I

Infantil 5, 6, 8, 9, 10, 11

Instrumentalidade 12, 13, 14, 15, 16

Intervenção 4, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 29

J

Justiça social 25

O

Orçamento 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

P

Pobreza 6, 7, 8, 10, 11, 13, 18, 28, 30, 33, 35

Política 4, 7, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 38

Política pública 23, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 37

Profissional 1, 2, 4, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 36, 37, 38

Projeto ético-político 4, 12, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 36

Q

Questão social 2, 3, 5, 6, 8, 11, 14, 15, 20

R

Realidade 2, 3, 5, 6, 8, 13, 15, 21, 22, 25

Refugiados 1, 2, 3, 4

S

Serviço social 1, 2, 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 36, 37, 38

Sociedade 3, 6, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 35

Sociojurídico 12, 14, 15

Sujeitos 2, 5, 7, 8, 14, 15, 19, 22, 24

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 35, 36

V

Violação 6, 8, 31

Serviço social: teoria, prática e impacto social 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Serviço social: teoria, prática e impacto social 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br